

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.954 - DF (2019/0035993-0)

IMPETRANTE : NELI CRISTINA DE ARAUJO ESPINDOLA
ADVOGADOS : ALEXANDRE MOREIRA LOPES - DF041351
BRUNO DE MORAIS FALEIRO - DF035491
IMPETRADO : MINISTRO DA ECONOMIA

DECISÃO

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por NELI CRISTINA DE ARAUJO ESPINDOLA, visando seja declarado *"nulo o ato de demissão constante da Portaria nº 404, Publicada no DOU do dia 07/12/2018, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a consequente reintegração definitiva da Impetrante ao serviço público, com todos os direitos e efeitos patrimoniais, contados do ato demissório, nos termos do artigo 28 da Lei 8.112/90"*.

2. Alega, para tanto, que a decisão seria nula em virtude da ocorrência da prescrição à pretensão punitiva administrativa; porque ancorado em Relatório Final de Comissão Processante de conclusão divergente da primeira instaurada, ocasionando incerteza na aplicação da pena, contrariando as provas colhidas nos autos e aplicando pena desproporcional e desarrazoada.

3. Visa o impetrante obter provimento jurisdicional liminar para que seja determinada *"a suspensão do ato impugnado de demissão constante da Portaria nº 404, Publicada no DOU do dia 07/12/2018, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministro da Economia), com a consequente reintegração provisória da Impetrante ao quadro funcional anteriormente ocupado, permitindo que a Impetrante perceba a sua remuneração e toda as vantagens derivadas do cargo, até julgamento de mérito ou ulterior deliberação do Juízo"*.

Para tanto necessária a presença dos costumeiros requisitos centrais à tutela de urgência, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Pois bem, *prima facie*, não se verifica a presença do *fumus boni iuris*.

O ato administrativo tem fé pública e goza de presunção de legalidade, legitimidade e veracidade. Somente em situações excepcionais, desde que haja prova robusta e cabal, verificável *ictu oculi*, se pode autorizar o afastamento da justificativa do interesse público à sua desconstituição, o que não se verifica de pronto no caso concreto.

Ademais, ausente também o *periculum in mora*, já que, caso reconhecido o direito, poderá vir a ser reintegrado, com retorno ao *status quo ante*, bem como eventuais reflexos pretéritos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela de urgência.**

Notifique-se a(s) autoridade(s) coatora(s) do conteúdo da petição inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações (art. 7.º, I, da Lei n.º 12.016/2009).

Dê-se ciência do feito à Advocacia-Geral da União (art. 7.º, II, da Lei n.º 12.016/2009).

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (art. 12 da Lei n.º 12.016/2009).

Em seguida, retorne concluso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator